
**DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA
O PRIMEIRO-MINISTRO NO ENCERRAMENTO
DO CURSO DE DEFESA NACIONAL 90/91**

Aníbal Cavaco e Silva

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA
O PRIMEIRO - MINISTRO NO ENCERRAMENTO
DO CURSO DE DEFESA NACIONAL

É com grande satisfação que me associo à conclusão de mais um Curso de Defesa Nacional, iniciativa que considero de excepçional importância para a correcta sensibilização da sociedade portuguesa quanto à problemática da defesa e da segurança.

A defesa nacional é, acima de tudo, uma questão de vontade. Mas, para ser sólida, a vontade colectiva tem de assentar na percepção esclarecida dos interesses da Pátria e dos seus valores perenes. Nesse sentido se orientaram o estudo, a reflexão e o debate realizados ao longo deste Curso.

Apraz-me registar a empenhada participação dos Senhores Auditores nos trabalhos do Curso de Defesa Nacional, bem como a valiosa contribuição de todos os que aqui vieram partilhar o seu saber e a sua experiência. Para além da valorização pessoal de cada um, deste Curso resulta a crescente sensibilização da opinião pública portuguesa em matérias de vital importância para o futuro do País.

Trata-se, pois, de um inestimável contributo que, uma vez mais, o Instituto da Defesa Nacional presta ao esclarecimento dos grandes problemas na área da defesa e da segurança e à procura das soluções mais adequadas ao bem comum.

Coincide o termo do Curso de Defesa Nacional deste ano com o aproximar do fim de um mandato governativo. Pela primeira vez, na nossa história democrática, um Governo completa uma legislatura. Por isso, aquilo que constitui um facto normal na generalidade dos países europeus surge como acontecimento histórico em Portugal.

Por isso julgo oportuno reflectir convosco sobre o que representaram para o País estes anos de estabilidade, designadamente sob a perspectiva do reforço da defesa e da segurança nacionais.

Começo pelo crescimento económico, factor de que em larga medida depende a capacidade de afirmação nacional. Alguns indicadores dão-nos uma ideia do que se passou neste domínio.

Entre 1986 e 1990 a produção nacional aumentou 25 por cento em termos reais (isto é, decontando a inflação), o que significa um crescimento médio de 4,6 por cento ao ano. A produção «per capita» aumentou 23 por cento. Este ritmo de crescimento coloca-nos numa trajectória que, a manter-se, permitirá que a produção do País no ano 2000 seja o dobro da registada em 1985.

De 1986 a 1990 criaram-se em Portugal mais de 500 mil novos empregos. A taxa de desemprego, que se situava em 1986 em 9 por cento da população activa, encontra-se neste momento em cerca de 4,5 por cento.

Neste período de estabilidade governativa o investimento cresceu em termos reais a uma taxa média anual de quase 12 por cento. Entretanto, a produtividade média do trabalhador português subiu 2,7 por cento ao ano.

Mas o desenvolvimento presente poderia ter sido conseguido à custa de grandes desequilíbrios das contas externas, delapidando as reservas em ouro e divisas ou endividando o País. Importa, assim verificar se estes bons resultados teriam sido obtidos hipotecando o futuro, isto é, agravando as condicionantes que pesam sobre o desenvolvimento a prazo de todo o País.

Ora, entre 1985 e 1990 as contas externas apresentaram sempre saldo positivo, com excepção de um único ano (1988), que registou um défice reduzido. Esta evolução contrasta fortemente com os desequilíbrios anteriores que obrigaram a impor programas de austeridade negociados com o Fundo Monetário Internacional.

Por outro lado, no final de 1990 a dívida externa do País representava apenas 30 por cento da produção nacional, contra 80 por cento em 1985.

Neste momento o Banco de Portugal possui reservas na valor de 22 mil milhões de dólares — o dobro do que tinha em 1985. Ou seja, o forte crescimento económico não foi alcançado à custa das nossas reservas de ouro e divisas. Pelo contrário: estas aumentaram espectacularmente com a expansão económica.

Fruto de uma reencontrada confiança dos portugueses em si próprios e baseado no dinamismo das exportações e do investimento, o crescimento económico tem condições para não ser um fenómeno efémero. Numa perspectiva não imediatista e de construção do futuro colectivo, foram decisivas as medidas estruturais tomadas pelo Governo visando a melhoria da eficiência na afectação dos recursos nacionais e do funcionamento da economia.

É o caso da Reforma Fiscal, tantas vezes prometida ao longo dos últimos quinze anos, tantas vezes adiada e finalmente concretizada. O mesmo se diga da flexibilização operada no funcionamento de bens e serviços, o mercado do dinheiro, o mercado da habitação, etc.

O eficaz funcionamento da economia de mercado — entravado durante anos pela herança colectivista do 11 de Março — beneficiou, também, de medidas como a abertura de novos sectores à iniciativa privada, a liberalização do comércio externo, as privatizações, o fim da reforma agrária, o desenvolvimento e a reforma do nosso sistema financeiro — com a criação de múltiplos novos instrumentos e novas instituições.

Pelo contributo que dá para a redução dos custos na economia e para o reforço da coesão nacional, merece ainda referência a construção de vias de comunicação. Entre 1986 e 1990 construíram-se em Portugal 1700 quilómetros de estradas e, neste momento, estão em construção mais 700 quilómetros.

Decisivo para a melhoria da eficiência na afectação de recursos tem sido o esforço de saneamento das contas do Estado. Em 1985 o défice do sector público alargado (que inclui não apenas a Administração Pública como ainda as empresas públicas) atingiu 20 por cento da produção nacional. No ano de 1990 esse défice foi apenas de 8 por cento da produção nacional.

O combate à inflacção contribuiu igualmente para melhorar a eficiência na afectação de recursos na economia e também para uma maior justiça social. Esta é uma área onde os objectivos governamentais ainda não foram plenamente atingidos. Mas convém recordar que em 1985 a inflacção em Portugal foi de 20 por cento e que neste momento nos encontramos a um nível de 12 por cento, com tendência para baixar. As dificuldades encontradas não nos podem fazer virar a cara nem desistir do combate, dada a importância da redução da taxa de inflacção para o progresso sustentado do País.

O desenvolvimento económico conseguido tem condições para não ser um fenómeno passageiro porque houve a preocupação de o fazer assentar em bases sólidas e de preparar o futuro. Governámos como horizonte, não o curto prazo, nem sequer os anos próximos, mas o século XXI.

A preparação do futuro de uma sociedade depende muito do investimento realizado no presente, sacrificando parte do consumo imediato para encaminhar recursos para empreendimentos e aplicações que permitirão aumentar mais tarde a produção, o consumo e o bem estar da população.

Já referi a expansão notável do investimento nos últimos anos. Interessa, porém, prestar atenção não apenas ao investimento físico mas também ao investimento em capital humano.

Realizou o Governo um esforço no domínio das infraestruturas da educação. Em 1990 o investimento no sector da educação foi 60 por cento superior, em termos reais, ao registado em 1985.

No período de 1986 a 1990 foram lançadas 420 escolas novas em condições de albergar 300 mil alunos. As despesas com a educação no corrente ano são, em termos reais, o dobro daquilo que eram em 1985.

Paralelamente, tem sido objectivo do Governo alargar de forma significativa o acesso dos nossos jovens aos ensinos básico secundário e superior. Para referir apenas este último, em 1985, dos portugueses entre os 18 e os 22 anos, menos de 13 por cento estavam no ensino superior. Neste momento, mais de 20 por cento dos jovens dessa faixa etária se encontram no ensino superior. Já nos situamos, nesta matéria, ao nível médio da CEE.

Aprovámos recentemente um programa que visa alcançar em 1994/95 o cumprimento a 100 por cento da escolaridade obrigatória de nove anos e conseguir que, no fim do século, a taxa de escolarização dos jovens dos 12 ao 18 anos atinja 90 por cento.

Por outro lado, empreendemos uma grande reforma do sistema educativo, lançámos o ensino técnico-profissional, demos um impulso decisivo ao ensino politécnico e promovemos, com algum êxito, o combate ao insucesso escolar. Refira-se, também, que entre 1987 e 1990 mais de um milhão de pessoas beneficiou de formação profissional.

Nos últimos anos, Portugal tornou-se economicamente mais forte e ultrapassou desequilíbrios macroeconómicos que, no passado ainda não distante, levaram a que a política económica e financeira do País fosse, em larga medida, ditada do exterior. Portugal encontra-se hoje muito melhor preparado para enfrentar os desafios do futuro. A indispensável base económica da segurança e da independência nacionais é, agora, bem mais sólida do que era há cinco anos atrás.

Mas todos sabemos quanto a segurança e a defesa colectivas dependem também da coesão nacional. Ora esta tem muito a ver com o grau de bem-estar das famílias portuguesas, com a existência de maiores ou menores desigualdades sociais, com a evolução das assimetrias regionais e, de um

modo geral, com a valorização que a sociedade faz do imperativo da solidariedade e de como ele se reflecte nas medidas governamentais.

Também aqui progredimos nos últimos anos. O rendimento disponível real das famílias portuguesas subiu 20 por cento entre 1985 e 1990 e o consumo privado aumentou 27 por cento.

Considerando um indicador muitas vezes apresentado como revelador do bem-estar, a venda de automóveis, em 1985 venderam-se em Portugal menos de 94 mil carros, contra 211 mil — mais do dobro — no ano passado. A mesma indicação de melhoria do bem-estar ressalta se olharmos, por exemplo, a evolução do número de telefones instalados. No ano passado 47 por cento das famílias portuguesas tinham telefone, contra 33 por cento três anos antes.

Quanto ao bem-estar no domínio da saúde, um indicador muito usado em todos os países é a taxa de mortalidade infantil. Entre nós, essa taxa baixou de 17,8/1000 em 1985 para 10,9/1000 em 1989. É a descida mais acentuada de todos os países da Europa. Pode também apontar-se o crescimento de 78 por cento, em termos reais, nas despesas de saúde entre 1986 e 1991.

Em matéria de justiça social — determinante para que todos na comunidade nacional se sintam solidários — temos de observar, por exemplo, a evolução do desemprego numa sociedade. Ainda recentemente a Primeira-Ministra de França, senhora Edith Cresson sublinhava justamente que o desemprego é o grande causador de desigualdades sociais. Ora, como já referi, nos últimos cinco anos criou-se em Portugal mais de meio milhão de empregos e a taxa de desemprego baixou praticamente para metade.

A justiça social envolve, também, a evolução do poder de compra dos salários pagos aos trabalhadores. Neste período de estabilidade governativa os salários aumentaram 15 por cento em termos de poder de compra, tendo entretanto subido significativamente o poder aquisitivo do salário mínimo nacional, principalmente dos trabalhadores agrícolas.

Levou-se também a cabo uma profunda reforma do sistema remuneratório da Função Pública, que se traduziu em melhorias substanciais dos vencimentos dos servidores do Estado. E, não menos importante do ponto de vista da justiça social, praticamente desapareceu aquela «chaga» que nos atormentou no passado e era fonte de grande sofrimento e angústia: os salários em atraso.

Por outro lado, as pensões mínimas de reforma aumentaram 115 por cento, em termos de poder de compra, durante o período de estabilidade governativa e, finalmente, foi atribuído o 14.º mês aos reformados. O abono de família e outras prestações sociais aumentaram 80 por cento em termos reais.

Também a habitação deve ser considerada quando temos presente o imperativo da justiça social. São bem conhecidas as carências habitacionais do País, agravadas pela rigidez de uma legislação de arrendamento que desencorajou a construção e a oferta de casas. O Governo actuou, liberalizando algumas disposições vigentes, tendo em vista reanimar o mercado do arrendamento.

Embora a situação neste domínio seja ainda bastante insatisfatória, convém referir que, enquanto em 1985 se construíram apenas 35 mil fogos em Portugal, em 1990 se concluíram 61 mil fogos, isto é, quase o dobro daquilo que se tinha construído cinco anos antes.

A redução das assimetrias regionais de desenvolvimento constitui outro ponto a ponderar quando se considera a coesão do todo nacional. Neste domínio conta muito o esforço, que já sublinhei, desenvolvido na construção e melhoria de vias de comunicação. Assim se tem reduzido o isolamento das diferentes localidades portuguesas, se aproxima o interior do litoral e se facilita o acesso à Europa.

Sem paralelo no passado é, também, o investimento na educação, na formação profissional e na saúde realizado no interior do País. Igualmente o sector privado tem promovido uma expansão significativa dos investimentos no interior, aproveitando a concessão de incentivos especiais no quadro do Plano de Desenvolvimento Regional. Tudo isto se tem traduzido na criação significativa de empregos no interior do País, contrariando os movimentos migratórios para as cidades do litoral e para o estrangeiro.

Este ciclo de expansão económico-social e de reforço da coesão nacional não teria sido possível sem um renovado espírito de iniciativa e de confiança por parte da sociedade civil. Ora a tal espírito não é evidentemente alheio o ambiente proporcionado pela estabilidade governativa.

A estabilidade aumenta o sentido da responsabilidade na sociedade, pois dá tempo para exigir e para fazer, para cumprir as promessas e para pedir contas por aquilo que se fez ou não se fez. A estabilidade favorece o diálogo com e entre os parceiros sociais e facilita a concertação. Não é

por acaso que só com a estabilidade governativa haja sido possível celebrar com os parceiros sociais acordos de concertação extremamente importantes para a modernização do País e benéficos para os trabalhadores.

Por exemplo, seria impensável numa situação de instabilidade o acordo de concertação social presentemente em vigor — que não hesito em classificar de histórico, pelo que representa de fortalecimento das possibilidades nacionais de êxito perante o cada vez mais exigente desafio europeu.

Acresce que a estabilidade governativa reforça a credibilidade externa do País e por isso cria condições para a defesa coerente e eficaz dos interesses nacionais e para a afirmação do País no quadro internacional.

Tal afirmação tem-se revelado crescente, o que é particularmente sentido e apreciado pelos portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro. Portugal aumenta o seu peso no mundo em parte graças à aceleração do seu desenvolvimento económico e ao reforço da coesão nacional.

A distância que nos separava dos países europeus mais desenvolvidos tem vindo a diminuir, o que reforça a nossa posição no concerto das nações. Claro que, hoje, Portugal se encontra ainda atrasado em relação à Espanha, tal como a Espanha se encontra muito atrasada em relação à Inglaterra e tal como a Inglaterra se encontra muito atrasada em relação à Alemanha.

Mas o que interessa é saber se estamos a caminhar no sentido correcto, se estamos a convergir para os níveis de desenvolvimento dos outros países. Os dados são inequívocos: nos últimos cinco anos Portugal aproximou-se dos índices médios europeus de bem estar económico-social e é isso que leva insuspeitos responsáveis da CEE, da OCDE, do Banco Mundial e do FMI a fazerem referências elogiosas à evolução da economia portuguesa.

Para avaliar em que medida tem vindo a ser realizada a afirmação de Portugal no Mundo, há ainda que olhar a vários domínios: a integração na Europa Comunitária, a recente crise do Golfo, as relações com os PALOP's e algumas relações bilaterais, nomeadamente com a Espanha, com os EUA e com o Brasil.

Quanto à afirmação de Portugal no plano da Europa Comunitária, é hoje indesmentível que temos tido êxito na defesa dos interesses nacionais.

Tal êxito é atestado, por exemplo, no reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa, na aprovação de um programa especial para a modernização da nossa indústria, num programa específico para os Açores e para a Madeira, no apoio conseguido para a introdução do gás natural

no nosso País, na duplicação dos fundos estruturais e no volume de transferências líquidas que conseguimos, entre 1986 e 1990, da CEE para Portugal.

Essas transferências líquidas atingiram quase 500 milhões de contos. Diz-se, por vezes, ser graças a esses fundos comunitários que alcançámos níveis tão elevados de crescimento económico. É um manifesto exagero, fruto da ignorância, da leviandade ou mesmo da má-fé. Lembro que o volume global de dinheiros comunitários de que Portugal beneficiou desde a adesão, se bem que muito relevante, representou apenas cerca de 6 por cento do investimento global entretanto realizado na economia portuguesa.

É, porém, um facto que essas verbas foram resultado de muita luta na defesa dos interesses de Portugal. Na verdade, os negociadores de 1985 previram uma transferência líquida da Comunidade para Portugal, no período de 1986 a 1990, de cerca de 180 milhões de contos, muito inferior ao montante efectivamente conseguido pelo Governo.

Uma outra área crucial da afirmação de Portugal no mundo é o relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa. Hoje somos reconhecidos por todos como interlocutor privilegiado desses países. É bem sabido que isso não acontecia antes do período de estabilidade governativa.

Com esses países que falam a nossa língua temos, agora, uma cooperação activa e mutuamente benéfica em quase todos os domínios. E fomos os mediadores do processo de paz em Angola, tendo ao nosso lado os Estados Unidos, a União Soviética e, também, as Nações Unidas. Trata-se, sem dúvida, de um dos casos mais manifestos de afirmação de Portugal na cena internacional.

Com a assinatura, em Lisboa, do Acordo de paz para Angola chegou ao seu termo um longo e complexo processo de negociações iniciado há um ano sob os auspícios de Portugal. Mas o nosso País apenas pôde desempenhar este papel decisivo graças ao rigor e à coerência que, desde a primeira hora, imprimimos ao nosso relacionamento com os PALOP's, situando-o no estrito plano das relações de Estado a Estado — e assim arrostando, por vezes, com a incompreensão de alguns.

Os factos vieram dar-nos razão, felizmente para a paz em Angola, que é o que acima de tudo neste caso importa. E o papel de Portugal não termina aqui, bem, longe disso. Importantíssimas e difíceis tarefas aguardam

os portugueses, tendo em vista a actuação que nos cabe nas estruturas de supervisão do Acordo assinado em Lisboa.

Fazemos parte da Comissão Conjunta Político-Militar, à qual compete velar pela aplicação do acordado, garantindo o estrito cumprimento de todos os entendimentos políticos e militares e decidindo em última instância sobre eventuais violações desses entendimentos. Integramos igualmente a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização, entidade responsável pela implementação e funcionamento dos mecanismos instituídos para verificação e controle do cessar-fogo.

Participaremos de forma relevante na criação e estruturação de um exército nacional angolano, tarefa do maior interesse para o País a que são chamadas as Forças Armadas Portuguesas.

O sector privado português não deixará de dar um contributo crescente à recuperação económica de Angola, agora que estão a ser criadas condições propícias à actividade empresarial naquele país.

Relativamente à guerra do Golfo — acontecimento que de algum modo abriu um novo ciclo na vida internacional — mantivemos ao longo de toda a crise uma atitude muito firme, muito coerente e muito responsável. A nossa posição foi, aliás, merecedora de várias manifestações de apreço ao mais alto nível. Portugal saiu fortalecido desta prova complexa de política externa.

Quanto ao novo relacionamento que lográmos construir com a nossa vizinha Espanha, trata-se de algo altamente benéfico para as dois países, tal como a dinamização das relações com os Estados Unidos e com o Brasil que promovemos. Recordo, ainda, que no ano passado exercemos a presidência do Conselho da Europa com dignidade e aplauso generalizado.

E quanto ao futuro? Há que estar bem ciente dos enormes desafios que Portugal será chamado a enfrentar já na primeira parte da década de 90, marcada por uma situação internacional extremamente complexa.

No processo de integração europeia, sobressai, desde logo, a realização do Mercado Único em 1993. Subsistem alguns «dossiers» difíceis ainda por resolver, como os da fiscalidade e da liberdade de circulação das pessoas. Estão em curso, além disso, as conferências intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária e sobre a União Política, conferências onde se processa o grande debate quanto ao futuro da Europa.

A Portugal interessa que a União Económica e Monetária se realize no contexto da coesão económica e social, bem como no reconhecimento da

especificidade de cada um dos Estados membros. Importa que a UEM favoreça a convergência real e monetária dos países e que não seja uma fonte de tensões desestabilizadoras nas economias dos diferentes Estados membros.

No plano da União Política, Portugal defende que a Comunidade Económica Europeia reforce a sua capacidade de resposta aos desafios com que está confrontada. Advogamos um progresso gradual no sentido da União Europeia, por consenso, no respeito pela identidade nacional e pelas instituições fundamentais dos Estados membros e no reconhecimento da diversidade de cada um dos países. Paralelamente, há que preservar os equilíbrios institucionais existentes e que assegurar que o assumir de novas competências pelas Comunidades Europeias seja acompanhado de recursos adicionais.

Portugal está aberto a apoiar o avanço no sentido de políticas externa e de segurança comuns, gradualmente, por consenso, sem pôr em causa as vocações específicas dos Estados membros — como, por exemplo, a nossa vocação para um relacionamento muito especial com a África Austral.

O debate sobre política de segurança comum na Europa não pode alhear-se da reflexão em curso sobre a reformulação da NATO à luz das novas realidades político-militares, assim como da discussão sobre o papel da UEO. Fiel à sua história e à sua vocação euroatlântica, Portugal não aceita que seja posta em causa a ligação estratégica entre a Europa e a América do Norte.

Os esforços para desenvolver uma identidade europeia no plano da segurança e da defesa devem levar ao reforço do pilar europeu no quadro da Aliança Atlântica. Desse modo se corresponde aos interesses dos Estados europeus e, ao mesmo tempo, se promove a solidariedade atlântica ao evidenciar que a Europa está disposta a tomar a seu cargo uma maior parcela de responsabilidade pela segurança comum.

Portugal defende — e esse tem sido o entendimento prevalecente na NATO — a indivisibilidade da segurança dos países membros da Aliança e a necessidade da presença norte-americana na Europa.

É nessa óptica que encaramos a reestruturação da NATO e a elaboração de um novo conceito estratégico da Aliança, adaptado aos condicionamentos actuais, que já não são os da guerra fria.

Importa promover a flexibilidade, a mobilidade e a natureza multinacional das forças da NATO, assegurando sempre uma capacidade de eficaz e coerente defesa colectiva, ainda que a níveis mais baixos de meios e efectivos.

Nas conferências intergovernamentais da CEE sobre União Monetária e União Política cabe-nos saber defender os interesses portugueses, deixando ao mesmo tempo muito clara a nossa inequívoca opção nacional pela Comunidade Económica Europeia e o nosso apoio ao aprofundamento da sua integração no sentido da construção da União Europeia — pois esse é o caminho mais vantajoso para a afirmação, hoje, dos interesses nacionais.

Ainda no plano da integração europeia, a desejável realização do Espaço Económico Europeu, ou seja, da junção dos doze países das Comunidades Europeias com os seis países da EFTA, deverá contribuir para o reforço da competitividade da Europa face a outros blocos, como o bloco norte-americano e o bloco do Pacífico, e simultaneamente favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento na Europa.

No âmbito comunitário coloca-se no horizonte próximo a reforma da política agrícola comum, de enorme importância para Portugal, assim como teremos de saber conduzir a negociação sobre o novo quadro de apoios estruturais para o período posterior a 1993, matéria decisiva para o nosso desenvolvimento económico e social.

Há ainda que acompanhar, com muito cuidado, os pedidos de apoio que chegam de todos os lados à Comunidade Económica Europeia, principalmente da União Soviética e dos países do antigo bloco socialista. Importa, nomeadamente, seguir com atenção os novos acordos de associação das Comunidades com alguns desses países, tendo bem presentes todas as implicações daí decorrentes para Portugal.

Não tardará muito, também, ir colocar-se o problema do alargamento das Comunidades Europeias. Candidatos não faltam, desde a Áustria, à Suécia, à Noruega, a Malta, a Chipre, à Turquia. Outros surgirão, com certeza, na primeira oportunidade.

Consideramos que este é o tempo do aprofundamento da integração e não alargamento, embora entendamos que a Comunidade se não deve fechar à adesão de outros Estados.

Por outro lado, e não menos importante, Portugal ocupará pela primeira vez a presidência do Conselho das Comunidades no primeiro semestre

de 1992. Queremos exercer essa presidência com eficiência e dignidade, dando um contributo positivo para a construção europeia e reforçando o prestígio de Portugal no mundo.

Uma outra dimensão da complexa envolvente externa que enfrentaremos nos próximos anos reside nas mudanças no Leste Europeu. Impõe-se acompanhar com muito cuidado as repercussões da instabilidade e das tendências desagregadoras na União Soviética, as crises económicas, sociais e políticas nos países do antigo bloco socialista. Teremos de participar activamente, em particular no âmbito da Europa comunitária, no apoio à criação de regimes verdadeiramente democráticos e à instauração de economias de mercado nesses países.

Mas teremos de estar muito atentos às incidências da evolução no Centro e no Leste da Europa sobre o nosso comércio externo e os investimentos no País, bem como sobre o orçamento das Comunidades Europeias, ao mesmo tempo que deveremos ser capazes de aproveitar algumas oportunidades de intensificação das relações com os países dessa zona.

Portugal terá também de estar preparado para participar na aplicação do quadro de cooperação política, económica e de segurança que foi acordado na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia de Paris.

Uma outra frente da envolvente externa que se perfila no futuro próximo reside nas consequências da guerra no Golfo e no conflito israelo-árabe. O nosso acompanhamento das sequelas da guerra do Golfo deverá ser feito nas Comunidades Europeias, ao nível bilateral e no quadro das nossas relações com os Estados Unidos.

Como já disse, o Governo geriu com cuidado o tempo de guerra. Queremos agora dar um contributo, principalmente no quadro das Comunidades Europeias, para a criação no Médio Oriente de uma zona de estabilidade e de segurança.

São muito complexas as questões aí envolvidas, no domínio político, no domínio de controlo de armamentos, no domínio da cooperação económica. Por outro lado, importa que empresas portuguesas possam participar nas obras de reconstrução dos países atingidos.

As mudanças em África, em particular as mudanças na África Austral, constituem outra e importantíssima frente externa. Há que prosseguir e desenvolver a política seguida, aprofundando o nosso relacionamento privilegiado com os países de língua portuguesa.

Chegado felizmente a bom termo o processo de paz em Angola e alcançado ali o cessar fogo, impõe-se conseguir uma evolução pacífica para o regime democrático e promover a recuperação económica e social. Portugal defende um apoio especial da comunidade internacional, e em particular da CEE, para a reinserção das tropas desmobilizadas em resultado da constituição do exército único e para a rápida reconstrução de Angola.

E não podemos esquecer a necessidade de fazer avançar o processo de paz em Moçambique. Do mesmo modo, pretendemos que se solidifiquem os movimentos no sentido da democracia e da economia de mercado nos outros países africanos que falam a nossa língua.

Continuaremos a apoiar o processo de reformas na África do Sul e, simultaneamente, a defender os interesses dos portugueses que vivem nessa região. Em nossa opinião, estão a ser criadas condições para que a África Austral se afirme como um pólo de forte crescimento económico no continente africano.

Passei em revista, de forma sintética, toda uma série de factores relevantes do ponto de vista da defesa e da segurança nacionais, que obviamente ultrapassam a esfera propriamente militar. Uma palavra é devida, no entanto, à área específica da defesa militar de Portugal.

A reestruturação das Forças Armadas é uma tarefa fundamental do Estado, uma vez que de um sistema adequado de defesa militar depende, em última análise, a própria sobrevivência da Nação. Não têm razão, por isso, aqueles — decerto poucos — que criticam os dispêndios na defesa militar invocando o falso argumento da necessidade de atender a outras necessidades básicas da sociedade portuguesa.

Naturalmente, porém, que a clara consciência da limitação dos recursos financeiros nacionais impõe critérios de racionalidade nas despesas militares e redobradas cautelas na aquisição de equipamentos.

Continuará a defesa militar do País a basear-se na dissuasão autónoma e credível face a eventuais ameaças externas de baixos custos políticos e militares, bem como nos esquemas de segurança colectiva em que Portugal se integra e onde tem compromissos militares.

Para tal, vamos ultrapassar definitivamente a situação — herdada das guerras de África — de umas Forças Armadas sobredimensionadas, com grandes excedentes de pessoal e graves desajustamentos das suas estruturas

operacionais e logísticas, dotadas de equipamentos e armamentos aligeirados, com uma indústria militar desproporcionada e pouco diversificada e sofrendo ainda o desgaste de uma opinião pública exigente, mas por vezes pouco informada.

Apostando na qualidade e não na quantidade das Forças Armadas, estamos a impulsionar uma profunda viragem. Pretende o Governo que, também nas Forças Armadas, o grande esforço de modernização em curso não encontre paralelo na nossa história contemporânea.

Nesta perspectiva, várias disposições foram já tomadas, ou estão previstas para breve — como, por exemplo, a Lei de Bases da Organização Superior das Forças Armadas, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o Novo Conceito de Serviço Militar Obrigatório e a revisão do Conceito Estratégico Militar, Missões e Dispositivo.

A meta é dotar o País de um Sistema de Forças reduzido, mas com alto grau de prontidão e elevada capacidade de intervenção, susceptível de integrar unidades em forças aliadas multinacionais e de cumprir missões de cooperação militar com os países africanos de língua oficial portuguesa.

A primeira metade da década de 90 não será um período de facilidades. Mas será um tempo de grandes oportunidades, que não podemos perder. Mais do que nunca, exige-se capacidade para delinear as políticas adequadas e para as executar com rigor.

No plano interno teremos de alcançar o objectivo estratégico de conseguir para Portugal um crescimento económico superior à média da Europa Comunitária, realizando a convergência real da nossa economia com as economias europeias mais desenvolvidas.

A estagnação económica não é compatível com respostas positivas no domínio social, no domínio cultural, no domínio tecnológico ou no domínio ambiental. E se não se conseguem dar respostas positivas no domínio social, torna-se muito forte o risco de o País passar rapidamente à situação de crise social e de crise política, comprometendo seriamente as bases da sua defesa e da sua segurança.

O objectivo estratégico de um rápido crescimento económico exige políticas adequadas de expansão do investimento, de incremento das exportações, de aumento da poupança, de muito rigor das finanças públicas, de combate à inflação. E é decisivo um forte clima de confiança em Portugal.

Por outro lado, no plano nacional teremos de actuar de modo a preparar a competitividade das empresas para um Mercado Único sem barreiras, continuando as necessárias acções de modernização e reestruturação na indústria, no comércio, na agricultura, nos mercados financeiros e na Administração Pública. Teremos igualmente de prosseguir as acções visando a diversificação do aparelho produtivo e o reforço do processo de internacionalização das empresas.

E importa dinamizar, em todas as suas expressões, a solidariedade entre os portugueses. A Pátria não é um mero conjunto de indivíduos isolados e alheios uns aos outros. Os laços que a todos nos unem na comunidade nacional impõem uma atenção particular à situação dos mais desfavorecidos, nomeadamente aos que vão sendo de algum modo marginalizados pelo próprio progresso.

Daí a importância cada vez maior da justiça social na sociedade portuguesa — não como mera palavra bonita para enfeitar discursos, mas enquanto imperativo de acção eficaz.

A economia portuguesa apresenta hoje uma solidez que não é comparável com a situação conhecida há meia dúzia de anos atrás. Mas nada está desde já garantido: aquilo que se conseguiu pode com facilidade vir a ser perdido. Nada é ainda irreversível.

Os tempos que se aproximam exigem ponderação, serenidade e sangue frio para enfrentar situações complicadas, como aquela que Portugal enfrentou durante a crise no Golfo, exigem capacidade negocial, credibilidade, domínio dos «dossiers» para defender eficazmente os interesses nacionais, como aconteceu no processo de paz em Angola.

Para que nesta última década do século XX Portugal tenha sucesso no complexo quadro internacional em que se insere exige-se determinação, bom relacionamento externo, capacidade de decisão e firmeza para manter uma linha de rumo mesmo em situações difíceis.

Mas, por muito exigentes que os desafios se apresentem ao País nos próximos anos — e sobre essa exigência não devem existir dúvidas — temos hoje boas razões para acreditar que seremos capazes de os enfrentar com êxito.

Passou o tempo do derrotismo nacional, dos complexos de inferioridade perante o estrangeiro, da falta de confiança nas nossas próprias virtualidades.

Justamente orgulhoso do seu passado, Portugal é agora um país voltado para o futuro, um futuro que os portugueses vão conquistar com o seu esforço, a sua inteligência e o seu trabalho — e também com o seu saudável patriotismo.

11 de Julho de 1991.

Aníbal Cavaco e Silva
Primeiro-Ministro